

Igrejas podem fazer o campo reflorir

Apesar do crescimento da população urbana brasileira ter alcançado índices bastante altos nos últimos 50 anos, milhões de pessoas permanecem no campo, enfrentando adversidades que incluem desde a desnutrição e epidemias até a escravidão, sem falar nos sem-terra e sua luta por um pedaço de chão.

As igrejas, que surgiram num contexto marcado pela vida rural ou da cidade pequena, têm, hoje, preferido sua ação na grandes cidades. O que as igrejas podem oferecer àquela população? Como lidam com a herança de sua origem rural? CONTEXTO PASTORAL oferece contribuições para essa reflexão e traz testemunhos dos que têm privilegiado esse espaço de atuação.

Alternativas para a unidade

Os desafios para o movimento ecumênico mundial, o perigo do denominacionalismo e a tarefa teológica no mundo de hoje são os temas abordados pelo ex-secretário geral do Conselho Mundial de Igrejas Philip Potter, em sua primeira visita ao Brasil.

ENTREVISTA — Página 3

A legalização do aborto vista do caleidoscópio social

Em entrevista à revista "Veja" a teóloga católica Ivone Gebara discorreu sobre um tema polêmico: a legalização do aborto. Em vista de reações de apoio e repúdio, a teóloga aprofunda o tema com um artigo.

IDÉIAS — Página 9

Para celebrar o Natal

CONTEXTO PASTORAL oferece neste número recursos para uma celebração ecumênica no Natal, preparados pelo pastor José Rubens Jardimino.

LITURGIA — Página 12



Pastoral rural: refazer o caminho percorrido?

As transformações por que passou o Brasil, nos últimos 30 anos, de vários pontos de vista foram radicais. A sociedade cresceu e se moveu em direção aos grandes centros urbanos, que têm que se defrontar com problemas de contornos complexos.

Há também uma população que vive naquilo que ainda se chama de "rural", mesmo sem grandes certezas quanto ao uso do termo "rural" para designar esses contingentes humanos no País —principalmente porque o termo deve-se a oposições entre moderno e atrasado. A existência de tal população com características não mais tradicionais, porém em diálogo com suas tradições, e a convivência das mais díspares formas de vida no não-urbano (trabalho escravo, assalariados no campo, povos indígenas...), seus conflitos e cotidiano são um desafio à atualização pastoral das igrejas e de quem queira comprometer-se com o serviço a ela.

Da parte das igrejas, as mudanças no Brasil, em muitos casos ensejam paradoxos. É o caso de heranças de estruturas e ritmo de trabalho que tiveram em sua origem comunidades rurais como referência, cuja repetição pura e simples não atende aos anseios da população da cidade. Até a própria população, hoje "rural", não tem um perfil de isolamento da cultura chamada urbana, muito menos é hegemônica no conjunto do País. Afinal que igreja atende às expectativas dessa população? Que desafios se apresentam nos vários campos práticos levantados por aqueles que vêm enfrentando o compromisso com o trabalho "rural"?

Reconhecer a transitoriedade de nossas propostas se tornou um imperativo para os anos de 1990, mesmo para aqueles que não se vêem na provisoriedade, pois o fim de século é desestruturante para as práticas que se cristalizam. Opor os modelos eclesiológicos, compará-los, verificar-lhes a eficácia missionária é, por exemplo, um imperativo de enfrentamento.

No Brasil dos shoppings, falar de "rural" não é um contra-senso. A diversidade que se desenha em meio à sociedade inclui essa formulação e muitas outras. É preciso maturidade para seguir essa reflexão complexa a qual CONTEXTO PASTORAL procura estimular nesta edição.

Ainda, num momento em que fica evidente o descarte, pelo sistema hegemônico, da simbologia cristã para se justificar (confira se os símbolos cristãos são necessários para o marketing deste Natal), aos cristãos reflexões como pastoral no meio rural, e bíblicas como as que estão no Suplemento DEBATE se fazem necessárias. Necessidade de uma minoria eticamente teimosa e comprometida com os valores do Evangelho.

CARTAS

Escreva para CEBEP – Rua Rosa de Gusmão, 543 – 13073-120, Campinas/SP ou CEDI – Rua Santo Amaro, 129 – 22211-230, Rio de Janeiro/RJ.

Nós, líderes estudantis desta Unidade de Ensino Superior, vimos até vocês pedir maiores informações sobre este preciosíssimo instrumento de estudo e pesquisa e de como devemos proceder para fazermos as devidas assinaturas do referido periódico.

A necessidade do uso deste periódico se dá justamente pelo fato de vocês usarem uma linguagem acessível a todos e trazerem a essência básica da verdade, fazerem uma boa imprensa por meio do ato de anunciar e denunciar os fatos principais da triste realidade de maneira crítica e coesa.

Nós poderemos também ajudar vocês no que diz respeito à escolha de temas a serem discutidos, já que a nossa realidade é extremamente difícil, devido aos abusos e desmandos das nossas "lideranças" políticas.

Finalizando, aguardamos vossas respostas, para que possamos realmente estruturar e iniciar de maneira clara e objetiva o processo de conscientização da nossa comunidade universitária.

Que o Senhor nosso Deus possa abençoar-lhes pelo excelente trabalho produzido e que as nossas lutas pela construção de uma sociedade justa e fraterna possa realmente alcançar êxito.

Diretório Acadêmico Honestino Guimarães
Unidade de Estudos de Educação de Imperatriz
Universidade Estadual do Maranhão

Aos leitores do jornal CONTEXTO PASTORAL

NATAL

A festa cristã disseminou-se em nosso mundo habitado, seja porque era mais uma festa, seja porque era data significativa aos crentes,

E a festa gerou símbolos.

Uns tinham a ver com sofrimento:

neve – frio,
estrebaria – pobreza,
matança – violência.

Outros tinham a ver com a vida:

pinheiro – eterno – verde,
anjos – presença – divina,
magos – dedicação – oferta.

E muitos se apossaram da festa e dos símbolos a fim de redescobrir o fraterno, recriar a esperança, recuperar o sentido da vida, ou, cinicamente, para camuflar disparidades. E houve os que, sempre natalinos, renovaram a carícia dos beijos, a acolhida dos abraços, a comunhão dos que se amam sem ter jamais deixado de se amar.

Uma festa assim, continuamente festa, foi o que buscamos, nós do CEDI, nestes anos: acariciar, acolher, comungar. E continuamos...

Por isso, a vocês, (leitores) colegas: beijos, abraços, boa-festa de um Natal que "natalize" 1994.

Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Isaías Carlos Cunha

CONTEXTO PASTORAL

Publicação bimestral do Centro Evangélico Brasileiro de Estudos Pastorais – CEBEP (Rua Rosa de Gusmão, 543 – 13073-120, Campinas/SP. Tel. e fax 0192-41-1459) e do Centro Ecumênico de Documentação e Informação – CEDI (Rua Santo Amaro, 129 – 22211-230, Rio de Janeiro/RJ. Tel. 021-224-6713 e fax 021-221-3016)

Editores
Luiz Carlos Ramos
Magali do Nascimento Cunha

Editores assistentes
Carlos Cunha
Paulo Roberto Salles Garcia (MTb 18.481)

Diagramação
Anita Slade

Fotolito e Impressão
Tipológica Comunicação Integrada

Conselho editorial
José Bittencourt Filho
Marcos Alves da Silva
Paulo Roberto Rodrigues
Rafael Soares de Oliveira

Tiragem
10 mil exemplares

Preço do exemplar avulso
CR\$ 100,00

Assinatura anual
CR\$ 1.000,00

Assinatura de apoio
CR\$ 1.200,00

Exterior
US\$ 15,00

Os artigos assinados não refletem necessariamente a opinião do jornal.

Fique por dentro do CONTEXTO PASTORAL

Um jornal-painel a serviço da pastoral e dos cristãos pela paz e justiça. Uma publicação conjunta do Centro Evangélico Brasileiro de Estudos Pastorais (CEBEP) e do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI).

Assinatura anual: CR\$ 1.000,00
Assinatura de apoio: CR\$ 1.200,00
Exterior: US\$ 15,00
Número avulso: CR\$ 100,00

Os pedidos de assinatura, acompanhados com cheque nominal para o Centro Evangélico Brasileiro de Estudos Pastorais (CEBEP), devem ser enviados para: Jornal Contexto Pastoral – Rua Rosa de Gusmão, 543, Jardim Guanabara, 13073-120, Campinas/SP.

Alternativas para a unidade

ENTREVISTA COM PHILIP POTTER
Por Magali do Nascimento Cunha

Philip Potter é pastor e teólogo metodista, natural da Dominica (Caribe). Ele foi o primeiro negro a ocupar o cargo de secretário-geral do Conselho Mundial de Igrejas. Sua liderança de doze anos (1972-1983) deixou profundas marcas de renovação no movimento ecumênico mundial. Philip Potter está aposentado e vive hoje em Stuttgart, Alemanha. Pela primeira vez no Brasil, numa viagem de três semanas em outubro, o teólogo visitou o CEDI, no Rio de Janeiro, apresentou um seminário sobre ecumenismo e concedeu, com exclusividade, esta entrevista.

Quais são os principais desafios para o movimento ecumênico hoje?

O movimento ecumênico existe para reunir as igrejas, repensar a nossa fé tendo por base as Escrituras, trabalhar pela renovação, unidade, paz no mundo. Isso é ecumenismo, resumidamente.

Neste final do século XX, um dos desafios enfrentados é a grande diferença entre o Norte e o Sul, tanto geograficamente quanto pela forma como a economia está crescendo e mais e mais pessoas são excluídas. Em nossa compreensão de fé, importa que os direitos das pessoas sejam respeitados: o direito de viver, de trabalhar, de partilhar o que produz. Hoje, esses direitos não são aceitos, fato que contraria o Evangelho e se torna um elemento crucial para a tarefa ecumênica.

Desta forma, qual o papel que o Conselho Mundial de Igrejas pode desempenhar?

O Conselho tem tentado sempre encorajar as igrejas em todo lugar a fazer a parte delas. Ele mantém contato com organizações como a ONU e outros grupos internacionais. O Conselho Mundial pretende deixar aberto o espaço de fórum, no qual as pessoas sejam capazes de se expressar, falar ao mundo e fazer coisas em conjunto.

O denominacionalismo protestante pode impor obstáculos ao ecumenismo?

Não deveria. Nós encorajamos as igrejas a trazerem suas particularidades para dentro da discussão ecumênica. Há abertura e liberdade e não só o desejo de receber. O que temos aprendido ao longo dos anos é que não existem diferenças fundamentais nos elementos

básicos da fé, os quais estão presentes nos fundamentos das Escrituras. Por exemplo, sempre foi difícil aceitar o batismo, que é diferente em cada denominação. Hoje as diferenças já são razoavelmente aceitas, até mesmo pelos católicos, que estão envolvidos nas reflexões sobre esse tema. No que diz respeito à Eucaristia, muito da incompreensão e das questões históricas que imputaram barreiras tem sofrido mudanças por intermédio desse intercâmbio entre as igrejas.

O que é mais difícil está relacionado com o ministério, porque algumas igrejas têm pontos de vista muito fortes, por exemplo, quanto ao ministério feminino.

O problema é como as igrejas podem trabalhar juntas em qualquer situação da maneira que a consciência permita que façam. O CMI tem um programa sobre Missão em seis continentes com três princípios: nós precisamos colocar as igrejas juntas para ver o que está de acordo entre elas; os tipos de recursos que elas têm; e, finalmente, o que podem fazer umas pelas outras e partilharem juntas. Às vezes há muita cooperação, às vezes indiferença. Neste momento histórico em que precisamos tanto uns dos outros, em que as pessoas precisam tanto de nós, muitas de nossas igrejas têm-se esquivado.

Qual é a participação da Igreja Católica nesse processo, quando sentimos um retrocesso do Vaticano em relação a muitas questões dentro de sua própria pastoral?

Naturalmente, é necessário voltar muito mais no tempo quando falamos de cooperação com os católicos, coisa que ocorre desde os anos de 1960. Temos partilhado muitas coisas juntos, o que está ocorrendo é apenas temporário. Precisamos continuar mantendo o contato uns com os outros, trabalhar juntos, publicar coisas, promover cursos juntos, e descobrir como ir mais adiante.

Para muitos, ecumenismo significa diálogo entre igrejas. O que podemos dizer do diálogo com e outras confissões, outras religiões? O que podemos aprender delas?

"Ecumenismo" vem da palavra grega *Oikoumene*, que significa "toda a terra habitada", todo o mundo. Deus fala de muitas formas, o que significa que temos que aprender a ouvir outras confissões religiosas. Eu tenho aprendido, em meu contato com pessoas de outras confissões, muitas coisas que te-

nhom negligenciado em minha própria fé, como a meditação, a contemplação, coisas que têm faltado em minha fé, quando mais ênfase é dada ao ativismo.

Também em outras confissões existe uma profunda relação com a criação. Nós, cristãos, que temos relacionado tanto conosco mesmos, temos esquecido a criação e toda a questão ecológica e nossa responsabilidade de não abusar da natureza.

Como relacionar o diálogo com as outras confissões e a Missão da Igreja? Para algumas pessoas surge a questão: "Como vamos evangelizar se vamos dialogar e nos render às outras religiões?"

Ao se ter uma atitude de abertura às outras pessoas, se está preparado para ouvi-las, aprender com elas. Elas também querem ouvir. Mas há um ponto que devemos sempre lembrar: não somos nós que convertemos, mas é Deus quem faz isso. É da nossa conta sermos fiéis diante de tudo aquilo que recebemos e não esperarmos que os outros sejam fiéis. É Deus quem faz isso.

Em uma primeira conversa aqui no CEDI o senhor usou a expressão: "É preciso reinventar o ecumenismo". O que isso significa?

"Reinventar" é uma expressão muito forte. "Renovar" talvez seja a palavra melhor. Quando voltamos na história do movimento ecumênico, percebemos que os contextos sofrem mudanças. Em 1910 (Conferência sobre Missão) as circunstâncias eram totalmente diferentes. Nessa conferência em Edimburgo, havia cerca de 1.200 pessoas, todas brancas, e apenas dezessete pessoas da Ásia, num plano secundário. Hoje não se poderia pensar num encontro ecumênico sem a presença de pessoas de diferentes raças e culturas. E isso nós temos que levar adiante, especialmente no que diz respeito à liderança.

Em cada época nós temos que ir adiante, não podemos retroceder. As pessoas são tentadas a retroceder porque é um comportamento fácil e cômodo. O Senhor sempre nos chama ao caminho mais árduo, mas que é também o jeito mais criativo para se ir adiante.

Hoje novos desafios surgem em cada parte do mundo. O mais importante é sabermos como estamos caminhan-



Paulo Roberto Salles Garcia

do juntos para encontrar alternativas para vivermos juntos e partilharmos juntos neste mundo que é tão concentrado no "Eu" e no "Meu", com tão pouca solidariedade, tão pouca partilha. E

isto é da essência de nossa fé. E tudo está contra nós, a mídia, a economia, daí a importância de buscarmos alternativas para a unidade.

Pensando na reflexão teológica e no século que se aproxima, há muita diferença entre a teologia que é desenvolvida no Sul e a do Norte? Há influências?

Não deveria haver diferença. Por muito tempo todos nós falávamos de teologia no jeito europeu, uma teologia baseada em posições filosóficas e tudo que a isso se relacionava, e a Bíblia era lida de uma determinada forma. Hoje, especialmente no Terceiro Mundo, a Teologia tem estado atenta, com seriedade radical, às realidades nas quais vivemos, ao contexto em que estamos inseridos. É onde a teologia está hoje. Teologia tem origem de duas palavras "Theos" que significa Deus e "logos" que significa "palavras, questões, preocupações que surgem das situações". É este encontro que faz Teologia.

O problema experimentado pelo movimento ecumênico é que as igrejas não estão fazendo isso de forma satisfatória. Nós temos que fazer isto, olhar para a nossa situação, evitando tudo o que seja ideológico, sistemático e dogmático. É preciso que nossa reflexão seja viva para a comunidade. Teologia é para a Missão. Teologia é para falar e para agir.

O senhor está encerrando sua visita de três semanas ao Brasil. O que aprendeu nos seus contatos?

O que estou levando comigo é a seriedade e o entusiasmo com que os cristãos — católicos romanos e protestantes — estão sendo alimentados por meio de seus encontros, cursos, contatos entre grupos, para captar o que é a realidade no Brasil e na América Latina e pensar como eles podem viver e agir nessa situação. Eu estou bastante impressionado com isto. Eu também encontrei grupos que são marginalizados e têm tentado articular-se como os afro-brasileiros. Isto é novo para mim.

A revisão constitucional e as mulheres

"Limites e conteúdos da revisão constitucional" foi o tema do encontro promovido pela Comissão da Década Ecuemênica de Solidariedade das Igrejas com as Mulheres do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (Conic). O encontro foi realizado no dia 6 de outubro, em Porto Alegre, e forneceu informações sobre o processo de revisão da Constituição e as conseqüências para a vida dos brasileiros.

A Comissão da Década afirma que essa reflexão tem valor porque os cristãos não podem "permitir que se abram portas às decisões de ordem econômica e social que vão destruir os avanços alcançados e façam crescer mais o abismo das desigualdades entre as minorias que têm tudo e as majorias que nada têm".

Vexame evangélico

— I

Desde o nascimento da chamada "bancada evangélica" no Congresso Constituinte eleito em 1986, as igrejas evangélicas têm-se envergonhado com a atuação de deputados a ela vinculados, que, em troca de votos no plenário, envolvem-se nas mais diversas falcatruas.

Como se não bastasse o histórico envolvimento com o "Centrão", o recebimento de canais de rádio e TV em prol de cinco anos para Sarney, o apoio irrestrito a Collor, no mês de outubro vieram à tona denúncias contra parlamentares que venderam suas filiações em dólar ao PSD (Partido Social Democrata). O objetivo era permitir que o partido atingisse bancada de quinze deputados e pudesse lançar candidato à Presidência da República, além de obter maior tempo no horário gratuito na televisão.

Dentre os quatorze acusados, dois são evangélicos: Matheus Iensen (ex-PTB/PR), famoso no mandato anterior por apresentar a emenda propondo cinco anos para Sarney, e Itsuo Takayama (ex-PP/MT), que assumiu ter recebido dinheiro para trocar de partido porque não encontrou na Bíblia qualquer proibição para o

ato. Iensen permanece tranquilamente no PSD, por falta de provas, enquanto Takayama deverá ser cassado. O assunto somente será retomado no próximo ano, já que uma bomba de maior potência estourou no Congresso Nacional, dias depois, com novas denúncias de corrupção. (Documentação do Programa de Assessoria à Pastoral do CEDI e *Jornal do Brasil*, 10 e 21/10/93)

Vexame evangélico

— II

As novas denúncias de corrupção no Congresso Nacional partiram do economista José Carlos Alves dos Santos, ex-técnico do Tesouro e ex-assessor da Comissão de Orçamento da União, acusado de assassinar sua esposa no ano passado. Essa acusação e suas conseqüências levaram José Carlos a explicar o seu enriquecimento como fruto do recebimento de propinas de deputados interessados em manipular o Orçamento da União.

Uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) foi instalada para investigar as denúncias. O principal envolvido no esquema é o ex-relator da Comissão, deputado José Alves (PPR/BA), seguido dos demais integrantes. O grupo é conhecido como "Sete anões".

José Carlos Alves dos Santos apontou uma série de nomes de deputados envolvidos no esquema de corrupção do Orçamento por intermédio da apresentação de emendas que favoreciam entidades e empreiteiras. Um dos principais envolvidos nesse esquema é o deputado evangélico Manoel Moreira (PMDB/SP), da Assembleia de Deus.

A CPI apurou que no período de 1988/91 Moreira solicitou e conseguiu liberação de verbas para entidades assistenciais de Campinas. Nove de doze entidades supostamente beneficiadas pelo deputado enviaram carta à CPI afirmando que não receberam as verbas. A CPI vai investigar quem embolsou as quantias das entidades. Uma é a Sociedade Beneficente e Promocional da Igreja Evangélica Assembleia de Deus, em São Paulo, para a qual o deputado destinou US\$ 20 mil em subvenções sociais do Orçamento da União de 1993.

A CPI também investiga a variação patrimonial (crescimento de patrimônio) de Manoel Moreira, considerada "absurda". Entre 1989 e 1993 foram feitos depósitos de US\$ 3,2 milhões em suas contas.

A população brasileira, indignada com o "mar de lama" que inunda o Congresso Nacional, aguarda a conclusão dos trabalhos da CPI com a devida punição dos corruptos. Quanto à população evangélica, esta deve aprender a lição que começou a ser dada desde o mandato anterior da chamada "bancada evangélica": votar com responsabilidade e refletir que Deus age de muitas formas e por intermédio de muitas pessoas pois, "nem todo que diz 'Senhor, Senhor' vai fazer parte do Reino de Deus".

Vexame evangélico

— III

Diante do quadro de desesperança e de inquietação, igrejas e líderes evangélicos começam a reagir. No Rio de Janeiro, um ato ecumênico foi realizado para que evangélicos se somassem à população brasileira no repúdio à corrupção e pela ética.

Ao reafirmarem "diante da sociedade brasileira os compromissos éticos e morais baseados nos valores de justiça, integridade e honestidade", os signatários da nota distribuída à imprensa cobram "dos poderes constituídos da República a completa apuração de todas as denúncias até agora levantadas e a exemplar punição de todos os culpados, independentemente dos segmentos sociais a que pertençam".

Em um manifesto à nação brasileira, a Igreja Presbiteriana Independente do Brasil também repudia o "espétaculo deprimente proporcionado pelas revelações da CPI do Orçamento". "No momento em que parlamentares que se autodenominam 'evangélicos' se prestam ao mesmo jogo sem escrúpulos daqueles que usam o mandato popular e a 'coisa pública' para benefícios pessoais, afrontando a fé e envergonhando o Evangelho", a Igreja não pode se omitir, destaca o documento.

A Igreja reafirma "neste

momento em que se vem usando o nome de Deus em vão para justificar tantas falcatruas, a convicção de fé num Deus que não compactua com a mentira, com a miséria, com a fome e com a injustiça, pois é, antes de mais nada, um Deus de justiça, de misericórdia e de amor, que exalta o humilde e humilha os poderosos".

Outra reação partiu do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic), entidade que reúne inúmeras igrejas evangélicas, além de ortodoxa e católica. Em sua mensagem de Natal, ela destaca que se presenciam "em nosso país angústia, desânimo, decepção. É visível nos rostos das pessoas o descrédito nas autoridades e instituições, motivado pelos escândalos, desmandos e injustiças que as envolvem". Nesse sentido, o Conic proclama que "Deus quer o poder a serviço dos pequenos, a riqueza em favor dos famintos, os produtos do trabalho partilhados. Ele quer polí-

que evita todos os males. A oferta é concedida mediante a contribuição de CR\$ 20 mil, que o interessado deve entregar em um envelope branco, com os dizeres em vermelho "Tirando a morte da panela — a farinha da Vida". No envelope a pessoa deve, ainda, colocar nome, endereço, data de nascimento e a bênção de que necessita. (*Correio Braziliense*, 16/11/93)

Igreja privativa

"Golpe de mestre" é o título de nota publicada no *Jornal do Brasil* em 20/10 sobre a campanha "Cristo em casa" lançada por uma igreja evangélica. O jornal avalia a campanha como um *marketing* genial, criado por uma "ovelha" que pretende, com sua supercarpintaria, construir altares domésticos. O fiel não precisa sair de casa, não paga passagem, não é assaltado e ainda é abençoado por Deus, diariamente e a domicílio.

Pedro Casaldáliga sofre ameaças de morte

O bispo católico de São Félix do Araguaia (1.100 km ao norte de Cuiabá/MT) d. Pedro Casaldáliga recebeu informações de que três fazendeiros do norte do Mato Grosso contrataram por CR\$ 3,5 milhões, um pistoleiro para matá-lo. Ele afirmou que dois homens desconhecidos apareceram na cidade fazendo perguntas sobre a sua vida.

Casaldáliga afirmou que a ameaça de morte teria sido motivada pelo apoio que deu à luta dos índios xavantes para recuperarem uma gleba de 168 mil hectares na fazenda Suiá-Missu. A fazenda possui cerca de um milhão de hectares e pertence à empresa italiana de petróleo Eni-Agip. Este ano, a empresa decidiu devolver a área aos índios, segundo afirmou.

"Já estou muito velho para andar com policiais ao meu lado", disse Casaldáliga, descartando pedir proteção policial. (*Folha de São Paulo*, 2/11/93)



D. Pedro Casaldáliga: ameaça de morte

tica, economia, idéias, organismos, relações, planos e projetos, tudo, enfim, a serviço da vida".

Mais excessos...

A Igreja Forte é mais um dos inúmeros grupos pentecostais brasileiros que chama a atenção por suas práticas sincréticas. Em Belo Horizonte, um minúsculo pacote de pó branco é oferecido diariamente aos frequentadores da igreja, como uma poderosa farinha

Apoio ecumênico ao homem e à mulher do campo

João Dias de Araújo

A Comissão Evangélica dos Direitos da Terra (Cediter) foi criada em 1982, pelo Presbitério de Salvador, filiado à Igreja Presbiteriana Unida do Brasil com as seguintes finalidades:

- 1) Dar apoio à luta dos pequenos trabalhadores rurais pela posse da terra;
- 2) Colaborar para o fortalecimento das organizações dos trabalhadores rurais, mediante um programa educativo;
- 3) Proporcionar a manutenção de uma assessoria jurídica para orientar e defender os trabalhadores, vítimas de injustiças e ilegalidades;
- 4) Destacar o testemunho da fé cristã e a orientação da Bíblia na luta pela libertação dos oprimidos, numa perspectiva ecumênica.

A Cediter atua no interior da Bahia, com sindicatos, associações e pólos de trabalhadores rurais da Chapada Diamantina, do Recôncavo e do Médio São Francisco, desenvolvendo as seguintes atividades:

- 1) Encontros regionais para a formação de líderes rurais;
- 2) Cursos de educação sindical e comunitária em sedes dos STRs e delegacias sindicais, bem como em associação de trabalhadores rurais;
- 3) Visitas de apoio e de assessoria ao movimento dos trabalhadores rurais, em contato com diretorias de sindicatos e coordenação de pólos sindicais;
- 4) Seminários do Programa de Assessoria Contábil e Administrativa (Paca) para orientar secretárias, tesoureiros e dirigentes de STRs ou de associações nos setores financeiros e administrativos;
- 5) Apoio aos movimentos e à mobilização de trabalhadores rurais nas regiões em que atua;
- 6) Participação em reuniões, encontros e cursos com as entidades com as quais se relaciona;
- 7) Preparação de futuros assessores do movimento popular por meio do Projeto Estagiários em convênio com o Pólo Sindical de Feira de Santana, que recruta estudantes universitários de Feira de Santana e Salvador;
- 8) Promover estudos bíblicos e teológicos com lavradores para reflexão da realidade nordestina;
- 9) Celebrações ecumênicas com a participação de trabalhadores rurais e lideranças religiosas e populares;
- 10) Contatos com entidades de direitos humanos e ONGs em várias partes do País.

Na leitura da Bíblia aprendemos que a primeira preocupação de Deus, após a criação do homem, foi o relacionamen-

to do ser humano com a terra e com o fruto do trabalho para a alimentação. Deus mesmo resolveu colocar o homem no Éden para "cuidar e cultivar" aquele pedaço de terra. Uma das principais reformas agrárias da história da humanidade está descrita na Bíblia (Gn 47). A reforma agrária, proposta por Moisés (Lv 25) e a reforma feita por Josué (Js 14-24) determinaram a concepção da propriedade familiar, mostrando que a terra é para quem nela vive e trabalha. A Cediter procura fazer o diálogo entre as experiências rurais da Bíblia com a situação dos pequenos lavradores do Nordeste.

A Cediter entende que o trabalho de apoio ao homem e à mulher do campo somente deve ser feito ecumenicamente, devido à grande crise nesse setor. Também a melhor ajuda ao movimento popular é dar estímulo à sua organização. Nossa inspiração bíblica é: "Nós esperamos novos céus e nova terra nos quais habita a justiça" (2 Pd 3.13).

João Dias de Araújo, pastor, é coordenador do Conselho Moderador da Igreja Presbiteriana Unida do Brasil (IPU) e da Cediter.

O compromisso ecumênico com os povos indígenas

Em agosto de 1979, missionários metodistas e luteranos e pastores presbiterianos reuniram-se em São Paulo para trocar experiências e debater os desafios de seu trabalho. Dali surgiu o Grupo de Trabalho Missionário Evangélico (GTME), uma organização que visa maior intercomunicação entre os missionários e igrejas evangélicas no Brasil, na busca de um serviço mais consciente das necessidades do povo a que desejam servir.

A conjuntura política brasileira, no final da década de 1970, caracterizava-se, por um lado, pelo relativo desgaste do regime militar, e por outro, pelo despertar de vários segmentos da sociedade brasileira, como os metalúrgicos do ABC paulista e parte da intelectualidade brasileira, silenciados pela repressão. A criação do GTME fez parte desse contexto e do "despertar" de missionários, pastores e leigos que buscavam um espaço alternativo para atuar orientados pelo compromisso e respeito para com as populações oprimidas e não mais como serviços do Estado ou de instituições eclesiásticas.

Os sonhos dos lavradores e a ação pastoral da CPT

Sérgio Sauer

Quem não se lembra ou talvez até tenha se emocionado com o personagem Tião Galinha da novela global "Renascer"? À parte a belíssima interpretação de Osmar Prado e os méritos do texto de Benedito Ruy Barbosa, Tião é a expressão magistral da alma camponesa brasileira.

"Eu queria um bocadinho de terra, sim senhor. Um bocadinho de terra só, prá móde plantá e dá de cumê pros meus fiinhos". Palavras como estas, vivas na representação de Osmar, verbalizam os sonhos de milhões de pessoas que teimam em acreditar no sonho de que é possível ter um pedaço de chão para viver dignamente. As ações dos lavradores e lavradoras, espalhadas por todo este país, materializam os mesmos desejos: conquistar a terra e viver dos seus frutos.

A Comissão Pastoral da Terra, entidade ecumênica com quase vinte anos de trabalho pastoral junto aos pobres do campo, procura amplificar esses sonhos e desejos. Motivada pelo evangelho de Jesus Cristo e pela força dos sonhos camponeses, a CPT apóia, ajuda, organiza e celebra as lutas pela terra. A vivência do Evangelho impulsiona para uma ação pastoral comprometida com a luta das camponesas e campo-

neses na busca de uma verdadeira reforma agrária.

As palavras de um lavrador sem terra expressam muito bem a importância da ação pastoral e da religião: "Se eu não participasse de uma religião, a luta não teria sentido. Acho que se eu luto é porque tenho uma religião". A religião e a fé fazem parte, são constitutivas da vida desse povo. Esta realidade reforça o papel e desafia as igrejas, que apóiam a CPT, na busca de uma terra sem males.

"Deus não está contente não. Ele deixou a terra para todos e o que a gente vê é que alguns tomaram só para si". Com a certeza de que Deus aprova e apóia a luta, os lavradores resistem e insistem em sonhar contra a dura realidade de violência do campo brasileiro.

A constante violência do latifúndio e a convivência, quando não a própria prática da violência do Estado, ceifam a vida de muitos. Mas seus sonhos permanecem e seus túmulos vão virando canteiros nas vitórias daqueles que acreditam na conquista da terra que mana leite e mel.

Sérgio Sauer é pastor da IECLB e integra o Secretariado Nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Goiânia/GO.



e transforma-se numa corrente que busca cooperar com o desafio indígena: direito à vida e aos plenos direitos de homens e mulheres feitos à semelhança do Criador.

No dia-a-dia das atividades e projetos, há a constante renovação dos compromissos norteadores do GTME. O princípio da missão evangélica inexistente sem o respeito e profunda sensibilidade à história e às formas próprias de organização e expressão dos anseios, cultura e religiosidade dos povos indígenas. Não poderá haver ação solidária que seja fecunda se não se considerarem as especificidades desses povos como micro-sociedades diferenciadas da sociedade ocidental e européia. A preservação dos direitos fundamentais desses povos é o compromisso maior, entre eles o direito à terra.

Extraído de informações contidas no boletim "Tupari", do GTME.

Modelos eclesiológicos e mundo rural

Leonildo Silveira Campos

Nos anos de 1960 predominava entre os agentes pastorais a idéia de que o mundo urbano seria o futuro da humanidade. Rapidamente o mundo se tornaria uma enorme metrópole. O seu habitante, o "urbanita", estaria atingindo a maioria e seria um "homem secular".

As conseqüências para a Igreja seriam enormes. Ela, que havia surgido num contexto marcado pela vida rural ou da cidade pequena, agora era chamada a exercer a sua função na "tecnópolis", na "cidade do homem". Essa nova situação exigiria uma tecnologia da mudança social e a incursão da Igreja na cidade como a "vanguarda de Deus", exercendo até mesmo um papel de "exorcista rural" (Harvey Cox).

Esse papel implicaria na tarefa de se lutar contra todos os resquícios que ainda houvesse na vida urbana, vindos do mundo tribal, rural ou da cidade pequena. As crenças mágicas e supersticiosas, típicas de uma cultura "condenada ao desaparecimento", deveriam receber a atenção pastoral. A Igreja precisaria ajudar na luta contra os demônios que mantinham o homem urbano sob o risco de recaídas.

Havia, portanto, um excessivo otimismo quanto às possibilidades humanas de se reorganizar a vida longe do mundo rural, de seus mitos e superstições. A pastoral viveu um pouco dessa ilusão e se tornou exclusivamente uma pastoral urbana. O mundo rural foi gradativamente sendo esquecido e desvalorizado e em termos de pastoral também nos entregamos a uma supervalorização ingênua do mundo urbano ou então rapidamente deixamos de lado a religião do homem rural, como coisa condenada ao desaparecimento, indigna de maior atenção.

A pastoral numa terra de profecias não cumpridas

A expectativa da modernidade de que estávamos atingindo um mundo onde não mais haveria lugar para Deus ou para a religião, fracassou. Poucas décadas depois, como se fosse um fenômeno natural, por todos os lados surgem as crenças em duendes, demônios e mitos. Velhas religiosidades julgadas extintas reaparecem.

A pastoral que já se preparava para lidar com um homem sem religião, de repente, se sente aturdida. O problema no mundo urbano não é mais a falta de deuses e mitos e sim a inflação deles num mercado crescentemente competitivo. Como repensar o papel dos agentes de pastorais nesse contexto?

Para tentar responder a esta pergunta voltemos um pouco àquele ambiente onde se formaram os modelos eclesiológicos no Brasil.

Religião e mundo rural

As práticas culturais e mesmo as religiosas são históricas. Elas não ocorrem no vazio, pois, acompanham o ser humano em sua luta pela sobrevivência. Os nossos modelos eclesiológicos surgiram num contexto em que havia uma cultura mais ou menos homogênea, a velha cultura rural.

Até o século passado predominava o mundo rural sobre as pequenas cidades. Em grande parte do território brasileiro ainda se fazia presente o "catolicismo rústico" (termo empregado por Maria Isaura Pereira de Queiroz para dar conta de um dos tipos de catolicismo existente no Brasil. Cf. *O Campesinato Brasileiro*, São Paulo, EDUSP, Petrópolis, Vozes, 1973), herdeiro e modelo modificado do catolicismo popular de origem ibérica.

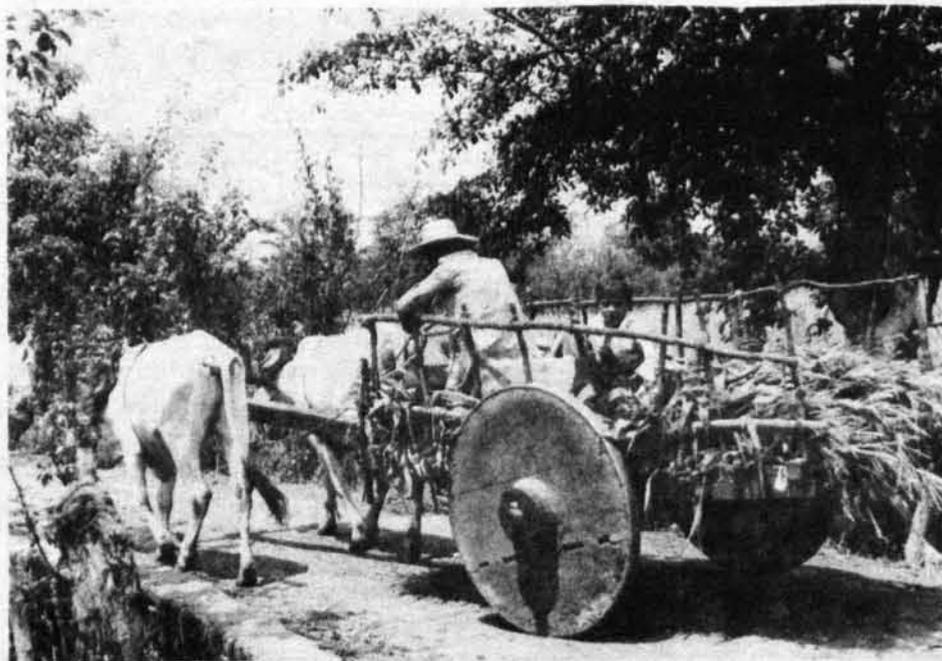
Diante da falta de agentes pastorais oficiais, num imenso território, onde

tins, *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*, Petrópolis, Vozes, 1981). Embora com lógicas diferenciadas, os camponeses dessas duas frentes reagiam às dificuldades com suas rezas, mitos e messias, reencontrando o universo com seus santos e festividades.

A partir de 1860 o protestantismo missionário começou a penetrar nesse mesmo mundo rural, nele se aclimatando, seguindo, no dizer de Antonio G. Mendonça, "a trilha do café" (*O celeste porvir — a inserção do protestantismo no Brasil*, São Paulo, Paulinas, 1983). Nessa esteira, o protestantismo foi ganhando adeptos entre a população pobre, livre e sem terra.

No final do século, metodistas, presbiterianos, batistas e outros, já estavam solidamente instalados. Grande parte das congregações eram rurais e nelas os leigos preponderavam. Os pastores e missionários visitavam os convertidos apenas periodicamente.

Tal como no "catolicismo rústico", os leigos participavam ativamente da distribuição dos bens religiosos. Não



uma população espalhada vivia isoladamente, uma religiosidade leiga (baseada em festas, "rezadores", "puxadores de terço", etc.) foi tomando corpo. Era uma religiosidade que privilegiava o leigo como o responsável pela produção e distribuição de bens religiosos.

O "catolicismo rústico" atuava como uma espécie de cimento social no interior da sociedade brasileira. A cruz acompanhava, com suas capelas, o avanço das frentes pioneiras e das frentes de expansão (José de Souza Mar-

foi por mero acaso que muitos presbíteros, pastores e líderes leigos da nova religião foram anteriormente líderes da religiosidade popular como puxadores de reza, festeiros e sacristãos. Muitos, despojados de suas atividades pelo processo de romanização do catolicismo, encontraram no protestantismo a oportunidade de liderar. É importante observarmos a moldura que a vida rural oferecia para aqueles modelos eclesiológicos funcionarem com sucesso.

Características do mundo rural

Não pretendemos elaborar um esboço sociológico do mundo rural brasileiro. Para nossas finalidades basta observarmos algumas características que mais tarde influenciaram a gênese de nossos modelos eclesiológicos.

O mundo rural brasileiro girava ao redor da agricultura de subsistência. Em poucos lugares havia uma agricultura de exportação (cana-de-açúcar, café, etc). Os agricultores, voltados à pequena agricultura de subsistência, ocupavam vastas áreas do território brasileiro. Era uma atividade agrícola de cultivo extensivo. Rapidamente o solo tropical se empobrecia e os agricultores partiam para novas frentes.

Havia, portanto, um nomadismo populacional. Famílias inteiras e bairros rurais avançavam, num processo constante de desorganização aqui para se reorganizar logo ali na frente. Os que ficavam para trás acabavam se articulando ao redor das grandes propriedades. Nelas os fazendeiros ("coronéis", nos sertões nordestinos) e os sítiantes maiores exerciam grande ascendência sobre os trabalhadores agrícolas. Muitos deles se tornavam compadres dos seus empregados, através do batismo dos filhos. Alguns ao se converterem ao protestantismo usavam a sua influência para formar novas comunidades religiosas.

Para resistir às forças de desintegração, a família e o bairro rural, se tornavam centros de unidade. A liberdade de cada indivíduo era bastante limitada. Um rígido código moral procurava manter cada um no seu devido lugar. Por isso, tanto o homem comum como os crentes de um modo geral, eram pessoas orientadas pela tradição. Isolados da sociedade global, no seu isolamento, eles cultivavam uma fé que dependia de todo um quadro social para se manter e se expandir.

Um mundo que se despedaçou

No século atual, principalmente após os anos trinta, o País experimentou um profundo e ainda não terminado processo de esvaziamento do mundo rural. Milhões de pessoas tomaram o caminho da cidade e, num novo contexto, começaram a reorganizar a sua vida.

Em 1940 o Brasil rural detinha 68,8% da população do país. Em 1980 a situação estava invertida. Apenas 32% continuava vivendo no meio rural. Em 1990 esse índice caiu para 25%. Neste mesmo período a população ur-

bana no País cresceu 56% contra apenas 40% do meio rural.

A mobilidade espacial foi também acompanhada por um vigoroso sonho de ascensão social. O meio rural era percebido pelos emigrantes como lugar da miséria, da fome, da falta de assistência médica e escolar. A cidade seria o Eldorado, lugar onde todos os problemas seriam resolvidos.

Todavia, esse sonho não se realizou para milhões de brasileiros. Muitos deles não se inseriram no mercado de trabalho urbano e passaram a viver na periferia das grandes e pequenas cidades. Nestas últimas eles aguardam, diariamente, um caminhão que os leve para as fazendas, onde trabalham o dia todo, se alimentando com comida fria. São os famosos "bóias frias".

Os que vieram para as metrópoles permanecem nos subúrbios, bairros dormitórios e nas favelas. Ali, os modelos rurais de vida, a solidariedade, o espírito de vizinhança, os grupos primários, são procurados e na medida do possível mantidos, a despeito da miséria dos barracos em que vivem. Ainda assim, para eles, tudo é melhor do que o meio rural desorganizado de onde vieram.

Poucas vezes temos analisado a situação dos que ficaram no mundo rural. A despeito de tudo, milhões de brasileiros vivem no campo ou de atividades ligadas ao trabalho agrícola. Esses experimentaram a difícil tarefa de reorganizar a vida e convivem com os apelos vindos do mundo urbano. Louis Wirth (1938) chamou a atenção para "o modo urbano de vida" (*O fenômeno urbano*, Rio de Janeiro, Zahar, 1979). Para ele estava surgindo a cultura da cidade cujo novo estilo impregnava tudo, inclusive a cultura rural. Por intermédio dos meios de comunicação de massa esse novo estilo tende a substituir as antigas maneiras de se organizar a vida. Estaria a cultura rural condenada ao desaparecimento? Com o predomínio do meio técnico sobre o mundo natural estaria selado o fim da divisão em rural e urbano? Como reagiram os cristãos diante do esvaziamento do mundo rural?

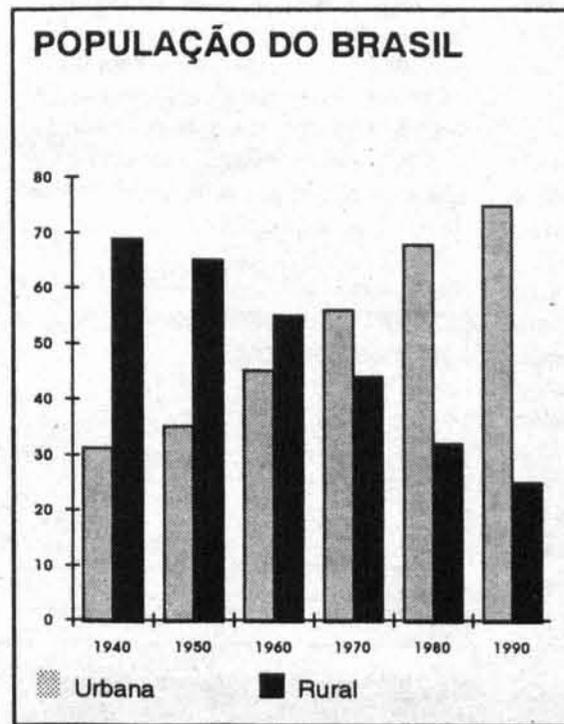
O esvaziamento das Igrejas rurais

Um presbítero nosso conhecido, sem usar categorias complicadas nos propôs uma questão sociológica: "Por que, quando as coisas vão mal num lugar, os evangélicos são os primeiros a colocar a sua mudança no caminhão e cair no mundo?".

Realmente, as igrejas protestantes no Brasil foram as primeiras a sentir o processo de esvaziamento. Possivelmente, já isolados e vivendo à margem da sociedade rural, cujo cimento era o

catolicismo rústico, o protestantismo contaminado pela ética da ascensão social, foi o primeiro a tomar o caminho da cidade. No interior de São Paulo, ao longo dos últimos 40 anos, dezenas de igrejas fecharam as suas portas ou retornaram ao status de pequenas congregações ou "pontos de pregação".

Em 1903, ano da organização da Igreja Presbiteriana Independente, as duas comunidades mais numerosas eram: a Primeira Igreja de São Paulo e



a Igreja Rural de Bela Vista de Tatuí (hoje Porangaba). A primeira continua viva, numerosa e atuante, com milhares de pessoas que mensalmente passam por seus bancos. A segunda, desde os anos de 1950 luta para não fechar as suas portas. Dominicalmente, 20 ou 30 pessoas ali se reúnem para o culto. O clima de nostalgia está presente, no templo, no órgão que não funciona, nos poucos líderes envelhecidos.

Paralelamente, as igrejas rurais, nos concílios regionais, foram perdendo a sua influência. Tornaram-se campos missionários, comunidades abertas para uma prática pastoral de pessoas ainda não ordenadas para o pastorado ou então consagradas depois de exames que dispensaram a formação acadêmica.

As igrejas rurais perderam seus membros para igrejas urbanas de cidades pequenas, médias e grandes. Em Torre de Pedra (SP) havia duas igrejas presbiterianas independentes, ainda fortes e atuantes nos anos de 1950. Com o êxodo rural seus antigos membros se dirigiram para a região industrial de Osasco. Em várias comunidades daquela cidade há filhos e netos dos antigos crentes de Torre de Pedra. São comunidades conservadoras, algumas com forte influência do movimento carismático. Uma dessas igrejas conse-

guiu reorganizar-se e durante dezenas de anos funcionou a banda musical, uma das características da região onde vieram.

A religião ofereceu, nessa passagem do rural para o urbano, importantes meios para a reconstrução da vida social. Com isso, obviamente, ela ressaltou características e rituais do mundo rural, colocados agora no coração da vida urbana, com novas roupagens e linguagens. Christian Lalive D'Épinay foi um dos primeiros pesquisadores a chamar a atenção para a ligação entre o protestantismo pentecostal e as estruturas rurais da grande fazenda (*O refúgio das massas*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1970).

Entre a religião urbana e a rural não há, portanto, ruptura e sim continuidade. Torna-se então legítima e clara a preocupação em se falar de modelos eclesiológicos rurais que continuam existindo no mundo urbano.

Modelos rurais no interior da igreja urbana

A Igreja Presbiteriana Independente, organizada dentro de um modelo antidependência econômica dos missionários norte-americanos faz em todo 31 de julho (data da separação) uma coleta nacional, hoje de caráter mais simbólico. A data dessa coleta estava ligada diretamente ao mundo rural. Nesse período os agricultores já tinham colhido e vendido a sua safra.

Muitas de nossas festividades protestantes brasileiras ainda remetem às suas origens rurais. Entretanto, é em nível ético que se percebe, ainda vivo, o velho espírito rural. Nas comunidades situadas na periferia das grandes cidades há uma forte ênfase em hábitos e costumes dos anos de 1950. Como por exemplo: a condenação do uso de calças compridas pelas mulheres, a recriação de rapazes "cabeludos e barbudos", o ideal de roupas de estilo "brega-chic", a pressão para se usar paletó e gravata no púlpito, o controle da vida particular de cada um pelo pastor ou líderes leigos.

Tudo isso denuncia formas de solidariedade e de controle social que predominavam no mundo rural. A sociedade urbana abre espaço para a liberdade individual, para a opção do indivíduo por vários papéis e instituições com as quais ele pode dividir a sua lealdade. As igrejas ainda teimam em realizar atividades que amarram seus membros a semana toda e tentam facilitar até o grau de adesão de seus membros a ou-

tras instituições. Para eles o mundo urbano é uma ameaça à preservação da fé cristã.

Douglas Teixeira Monteiro (*Sobre os dois caminhos*, in Cadernos do Iser, no. 5, nov. 1975, p. 21-19) ressaltou, certa vez, que o quadro "Os dois caminhos" (muito comum em casas de crentes de meio rural ou da periferia) ao indicar o caminho do paraíso, reproduz ali a alma do mundo rural. A cidade está situada com suas diversões e meios de transporte no caminho largo, o roteiro para a perdição. O paraíso que aparece nas publicações dos adventistas é bucólico, cheio de cenas do mundo rural.

O universo simbólico, os valores, a hinologia, o imaginário protestante ainda está profundamente marcado pelas origens rurais. A mentalidade de "ghetto" proporciona aos naufragos da religião rural um espaço simbólico, que se crê, não contaminado pelo "mundo".

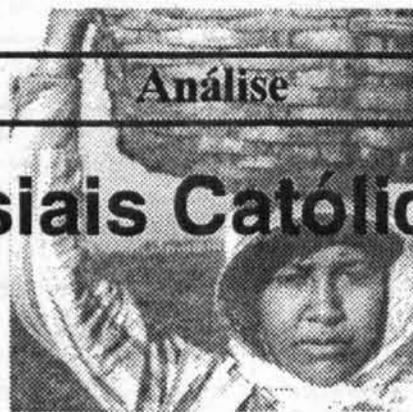
Entretanto uma nova geração de protestantes está se formando sob o impacto da sociedade urbano-industrial. Essa nova geração se enquadra na categoria dos "alterdirigidos", termo elaborado por David Riesman (*A multidão solitária*, São Paulo, Perspectiva, 1971). Esse autor dividiu o caráter do americano em três tipos ideais: o dirigido pela traição, o que é dirigido pelos valores interiorizados (o "interdirigido") e, em último lugar, aquele que é dirigido pela multidão, pelos outros (o "alterdirigido"). Diferentes de seu país eles procuram se desvencilhar da nostalgia do mundo rural. Vivem como um radar, a busca de modelos tirados da música moderna e da sociedade de consumo, para expressar a religiosidade.

Os movimentos "para-eclesiais" conservadores, a música "gospel" e outros modismos procuram ofertar a essa geração uma prática religiosa mais condizente com a sociedade de consumo dirigida. Para isso, modernas estratégias de marketing são desenvolvidas. Uma nova religiosidade da qual a Igreja Universal do Reino de Deus e o movimento "Renascença em Cristo" são exemplos típicos, está surgindo. Restaria analisar como os antigos modelos do mundo rural estão sendo retrabalhados na criação desse novo universo simbólico religioso. Isso, porém, é assunto para outros longos artigos.

Leonildo Silveira Campos é pastor da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil (IPIB) e professor do Seminário Teológico Presbiteriano Independente (São Paulo).

Comunidades Eclesiais Católica na zona rural

Marcelo Pitta e Rogério Valle



O CERIS realizou, em 1991, um levantamento de todas as Comunidades Eclesiais Católica (CECs) do país (incluindo as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) ou qualquer outro tipo de comunidade, como p. ex. as sedes de paróquias), com o objetivo de avaliar a atuação e a composição destas comunidades, pretendendo identificar a diversidade existente de um ponto a outro do país.

O índice de respostas foi aproximadamente de 46%. Este índice foi praticamente o mesmo para todos os Regionais da Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB). Sendo assim, podemos considerar representativas para o conjunto de CECs do país as conclusões baseadas nas características das CECs avaliadas.

O questionário

O questionário solicitava as seguintes informações:

- Localização (cidade, periferia urbana e zona rural)
- Frequência da celebração eucarística (missa): diária, semanal, mensal, anual e sem celebração eucarística
- Existência de celebração dominical sem padre (culto)
- Existência de conselho ou equipe de coordenação
- Número de grupos de reflexão bíblica: 1, 2, 3 a 5, 6 a 10, 11 a 20, mais de 20 e nenhum
- Existência de preparação para os sacramentos: batismo, crisma, 1ª eucaristia e matrimônio
- Existência de atividades da comunidade para atender a necessidades sociais e econômicas locais (atividades assistenciais, promocionais ou ligadas a demandas coletivas)
- Participação em organizações, movimentos e lutas por melhores condições de vida (práticas políticas, sindicais, etc.).

As CECs e os Regionais da CNBB

Os Regionais da CNBB são formados por estados com composições bem diferenciadas econômica e socialmente. Será que estas diferenças (além de outras, como o tamanho dos Regionais) ocasionam o surgimento de diferentes estruturas de organização das CECs, segundo seu Regional? A análise dos

dados não comprovou esta hipótese. As CECs possuem estruturas diferentes, mas estas diferenças não estão ligadas ao Regional a que pertencem, e sim à localização das CECs.

As CECs e localização

As CECs localizadas na Zona rural são majoritárias. Elas têm características diferentes das outras, situadas nas cidades e periferias urbanas.

São poucas as comunidades da área rural que possuem celebração eucarística diária ou semanal; as celebrações tendem a ser mensais ou anuais. Em outras palavras, nas cidades e periferias urbanas as celebrações ocorrem com maior frequência.

A frequência com que se realiza Celebração Eucarística estabelece uma relação inversa com a existência de Celebração dominical sem padre: quanto

conselho, enquanto nas cidades este índice sobe para 86% e nas periferias fica em 82%.

Os grupos de reflexão bíblica também apresentam-se organizados de forma mais fraca na zona rural. Na maior parte das comunidades este tipo de atividade não se encontra organizada, 29,1% não possuem grupos de reflexão bíblica e 26,5% possuem apenas 1 grupo na comunidade.

GRUPOS DE REFLEXÃO BÍBLICA NA ZONA RURAL

| Nº de grupos | Nº de CECs | % |
|----------------|------------|------|
| Nenhum | 8983 | 29,1 |
| 1 | 8166 | 26,5 |
| Mais de 1 | 11850 | 38,5 |
| Sem informação | 1825 | 5,9 |

da que mais numerosas, estão organizadas de forma mais fraca que as de periferia e cidade. Elas indagavam pela existência de "atividades para responder a necessidades sociais e econômicas locais" e de "participação em organizações, movimentos e lutas por melhores condições de vida". Nos dois casos a média nacional ficou situada um pouco abaixo de 50%. Observando os valores obtidos apenas na zona rural temos que apenas 40% das CECs possui algum tipo de organização nestes dois sentidos, índice inferior ao observado para o resto do país.

Em suma, há certas especificidades nas comunidades católicas rurais: serem majoritárias, fortes nas celebrações dominicais sem padre e relativamente mais fracas na organização por conselho, na reflexão



CECs rurais: espaço maior aos leigos

menos frequentes as celebrações eucarísticas, mais encontramos a prática de celebrações dominicais sem padre. Podemos avaliar através do gráfico abaixo que esta celebração ocorre na Zona Rural em um número muito superior de comunidades que nas áreas de característica urbana.

A existência de conselho comunitário ou equipe de coordenação nas CECs é inferior para as comunidades rurais, apesar de se apresentar em um nível bastante elevado. Nas zonas rurais 71% das comunidades possuem algum tipo de organização em forma de equipe ou

A preparação dos sacramentos na zona rural destaca a 1ª Eucaristia, seguida pela preparação para o Batismo e para o Crisma e, num patamar bem inferior, a preparação para o Matrimônio. Este perfil é bem semelhante ao perfil das comunidades de periferia. Nas cidades, os índices de preparação para o Crisma e o Batismo crescem a um nível bem próximo ao de preparação para a 1ª Eucaristia (pesa aqui o maior número de sedes de paróquias).

A apuração das duas últimas perguntas de nosso questionário comprovou que as comunidades de zona rural, ain-



O peso maior da organização comunitária católica está no campo

bíblica e nas atividades sócio-econômicas e sócio-políticas. Nem sempre a diferença em relação às comunidades urbanas é tão grande assim, mas estas especificidades das CECs rurais mostram que elas guardam muitos traços do Catolicismo Popular Tradicional. De qualquer forma, fica patente que o peso maior da organização comunitária católica está no campo, a despeito da evolução demográfica do país. Cabe ainda analisar as conseqüências culturais e políticas para a vida das CEBs.

Marcelo Pitta e Rogério Valle integram a equipe de pesquisadores do Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (CERIS).

A legalização do aborto vista do caleidoscópio social

Ivone Gebara

Legalização do aborto. Este foi o tema da entrevista com a teóloga Ivone Gebara publicada na revista "Veja" (6 de outubro).

Ivone formou uma convicção raríssima na Igreja Católica: é a favor da legalização do aborto e, pela primeira vez, defendeu seu ponto de vista. Ela afirma na entrevista que "a mãe, tem, sim, algum direito sobre a vida que carrega no útero. Se ela não tem condições psicológicas de enfrentar a gravidez, tem o direito de interrompê-la".

Ivone Gebara tem 48 anos, é freira há 25 e vive no Recife desde 1973. Ela conta que foi o convívio com as mulheres pobres de Camaragibe que a levou a refletir mais sobre o assunto: "As mulheres são extremamente pobres, são vendedoras de bolo e lavadeiras. Elas não têm informação para desenvolver sua vida sexual de forma saudável. Não sabem como evitar filhos e mesmo que soubessem não teriam condições financeiras de fazê-lo porque não dispõem de assistência. Essa situação me levou a uma posição pragmática em defesa do aborto".

Ela relatou uma de suas inúmeras histórias: "uma doméstica bateu em minha porta e disse que iria se suicidar. Ela já tem oito filhos e estava grávida. Procurou a patroa, que se negou a lhe dar dinheiro para o aborto. A madame não quis se envolver, mas garantiu que, se houvesse problema clínico, a levaria ao médico. Essa é a moral da classe média".

Para Ivone, a posição da Igreja Católica em relação ao controle da natalidade e ao aborto "é uma postura tradicional do Vaticano. É a posição de quem não tem diálogo com o mundo contemporâneo, em especial o mundo dos pobres". E acrescenta: "a moral católica não atinge as mulheres ricas. Elas fazem aborto e têm os meios econômicos que garantem uma cirurgia em condições humanas. Portanto, a lei que a igreja defende prejudica as mulheres pobres".

Ivone afirmou à "Veja": "Meu discurso ainda é tateante. Estou tentando superar dogmas. Se eu fosse padre, a igreja talvez até me expulsasse do clero. Como freira, tenho mais liberdade. Ainda assim, depois desta entrevista acho que vou ficar num mato sem cachorro. Sei que minha posição é uma transgressão do pensamento da igreja mas resolvi falar porque acho que vou ajudar as pessoas".

A entrevista provocou diversas reações de apoio e repúdio, dentre as últimas, um documento da Conferência

Nacional dos Bispos do Brasil intitulado "Em defesa da vida". Nele, a CNBB critica o conteúdo da entrevista, apesar de reconhecer os méritos de Ivone Gebara e seu serviço dedicado à Igreja Católica. A CNBB diz possuir informações de que o texto da entrevista foi redigido sem revisão da autora e com algumas distorções e registra o aguardo de que ela retifique "a expressão de seu pensamento em sintonia e fidelidade à doutrina da Igreja".

Já o Conselho Presbitero da Arquidiocese de Olinda e Recife foi ainda além: decidiu enviar ao Vaticano um dossiê sobre a teóloga com o objetivo de acionar os aparelhos punitivos da Santa Sé. A intenção clara é que Ivone seja expulsa da congregação das Irmãs de Nossa Senhora.

CONTEXTO PASTORAL publica neste número a resposta de Ivone Gebara às reações à sua entrevista.

Na edição de 6/10/93, a revista "Veja" publicou uma entrevista minha com o título "O aborto não é pecado". Apesar de, livremente, ter concedido esta entrevista, quero distinguir aquilo que foi compreensão e redação própria dos jornalistas e minha posição pessoal. (...) Sei o quanto a entrevista fez sucesso e suscitou acaloradas discussões, algumas solidárias, outras contrárias, outras ainda pedindo reparação pública ou retificação de meu pensamento.

Por isso, quero, neste momento, reafirmar minhas posições, não para que sejam aceitas, mas apenas discutidas nos limites de nossa frágil democracia e liberdade de pensamento.

A questão da legalização do aborto desde muitos anos tem sofrido um processo de mutação impressionante, não só na sociedade em geral, mas também na Igreja. Conforme os espelhos e o movimento das pedrinhas coloridas do caleidoscópio social e religioso, assim também se movem os argumentos e posições em torno desta difícil questão que suscitou uma diversidade imensa de argumentos filosóficos, religiosos, psicológicos, políticos e jurídicos, nem sempre com a participação direta das mulheres.

Sou hoje a favor da discriminação e legalização do aborto como uma forma de diminuição da violência contra a vida. Sou também consciente dos limites inerentes a esta posição e das dificuldades legais, decorrentes particularmente do estágio atual da quase falência de nossas instituições públicas.

A vida num bairro de periferia, o contato com o sofrimento de centenas de mulheres, sobretudo pobres, vivendo dilaceradas diante de seus problemas pessoais e de sobrevivência me dá o respaldo suficiente para algumas afirmações que em consciência assumo. Trato da questão mais a partir das mulheres empobrecidas porque elas são as vítimas maiores desta trágica situação.

Independente da legalização ou não do aborto, independente dos princípios de defesa da vida ou dos princípios que regem as religiões, o aborto tem sido praticado. É portanto um fato clandestino público e notório. Segundo cifras difundidas por diversas organizações de saúde, calcula-se, anualmente, no Brasil, milhões de abortos clandestinos com 10% de mortalidade materna. Tais cifras espantosas são indicadoras de uma problemática social grave que precisa ser regulamentada. É, pois, em primeiro lugar, dever do ESTADO garantir uma ordem e legislar constantemente para que a vida de suas cidadãs e cidadãos seja respeitada. A legalização não significa a afirmação da "Bondade", da "Inocência" ou ainda da "Defesa incondicional" e até leviana do aborto como ato, mas apenas a possibilidade de humanizar e dar condições de decência a uma prática que já está sendo feita. A legalização é apenas um aspecto, conjunturalmente importante, de um processo mais amplo de luta contra uma sociedade organizada sobre o aborto social de seus filhos e filhas. Uma sociedade que não tem condições objetivas de dar emprego, saúde, moradia, escolas, é uma sociedade abortiva. Uma sociedade que obriga as mulheres a escolherem entre a permanência no trabalho ou a interrupção da gravidez é abortiva. Uma sociedade que continua permitindo que se façam testes de gravidez antes de admitir as mulheres em diferentes empregos é abortiva. Uma sociedade que silencia a responsabilidade dos homens e apenas culpabiliza as mulheres, desrespeita seus corpos e sua história, e uma sociedade excludente, sexista é abortiva...

A discriminação e legalização do aborto poderiam nesta lógica até serem considerados como um comportamento na linha da continuidade da violência institucionalizada, uma espécie de resposta violenta a uma situação violenta. Poderíamos até pensar nisso, se os milhares de abortos e mortes de mulheres não existissem de fato. Como eles são fatos incontestáveis, legisla-los da maneira mais respeitosa possível passa a ser uma forma de diminuir a violência

contra as mulheres e a própria sociedade no seu conjunto.

Nessa linha de pensamento, concentrar a "defesa do inocente" apenas no feto, como afirmaram algumas pessoas, é uma maneira de encobrir a matança indiscriminada de populações inteiras, diferentemente, mas também igualmente inocentes, quer vítimas de guerras, quer vítimas dos processos econômicos, políticos, militares e culturais vigentes em nossa sociedade. É também, mais uma vez, uma maneira de não denunciar a morte de milhares de mulheres vítimas inocentes de um sistema que aliena seus corpos e as pune impiedosamente, culpabilizando-as e impedindo-as de tomar uma decisão ajustada às suas reais condições. A concentração da culpa do aborto na mulher, a criminalização deste ato é uma forma de velar nossa responsabilidade coletiva e o nosso medo de assumi-la publicamente.

Nessa perspectiva, para mim, como cristã, defender a discriminação e regulamentação do aborto não significa negar os tradicionais ensinamentos do Evangelho de Jesus e da Igreja, mas sim acolhê-lo diante do paradoxo de nossa história humana, como uma forma atual de diminuição da violência contra a vida.

Nem sempre os PRINCÍPIOS cristãos e outros resistem diante dos imperativos da vida concreta, imperativos que nos tornam mais maleáveis, mais misericordiosos(as), mais compreensivos(as) e convencidos(as) de que a lei é para nós humanos e não nós humanos para a lei; que a lei deve ajudar a nossa fraqueza, sobretudo quando a nossa liberdade é esmagada por estruturas injustas que mal permitem a realização de atos livres e plenamente humanos.

Hoje é necessária e urgente a discussão aberta, plural, a busca do consenso a partir do bem comum, a busca ética de caminhos em defesa de todas as vidas humanas. E, nesse diálogo plural, é responsabilidade do ESTADO na sua inalienável autonomia, chegar a um consenso em vista de uma ordem justa que garanta, através de leis, a vida de suas cidadãs e cidadãos e ponha limites a uma situação caótica provocada pela prática do aborto clandestino.

Minha postura diante da discriminação e legalização do aborto como cidadã, cristã e membro de uma comunidade religiosa é uma forma de denunciar o mal, a violência institucionalizada, os abusos e a hipocrisia que nos envolvem, e uma aposta pela VIDA, e, pois, em DEFESA DA VIDA.

“Havia numa cidade dois homens, um rico e outro pobre”

MEDITAÇÃO SOBRE 2 SAMUEL 12.1-4

Fernando Bortolletto Filho

O texto destacado para esta meditação é uma parábola. Ela significa um momento bastante importante dentro do conjunto que vai do capítulo 10 ao 12 de 2 Samuel, que trata das campanhas dos exércitos de Davi contra os amonitas. Esse conjunto contém a narrativa do envolvimento de Davi com Bate-Seba e Urias.

A parábola conta, de maneira figurada, o que se passou e introduz, de forma muito sábia, a crítica profética. Teologicamente, a parábola é central: é Palavra de Deus. É Deus falando por meio das coisas simples e humildes.

Poder x solidariedade

O capítulo 11 contém os acontecimentos motivadores da intervenção profética descrita no início do capítulo 12. Davi comete adultério com Bate-Seba, mulher de Urias, o qual tem sua morte planejada pelo próprio rei.

A dimensão negativa do poder aparece nesse texto de maneira muito clara. Davi sentia-se dono de tudo. Ele incorporava a descrição do rei fornecida em 1 Samuel 8, um soberano sem limites, que transforma seu poder em opressão e morte. A idéia do poder fez Davi perder a noção dos limites e do respeito.

As atitudes maldosas do rei fazem aparecer com grande intensidade a postura fiel e honesta de Urias (2 Samuel 11.9-11), que tendo consciência do seu dever, “dormiu à porta da casa real”. Diante da notícia da gravidez de Bate-Seba, Davi tenta não se responsabilizar, mandando Urias para a casa dele. Porém, o plano do rei esbarra no sentimento de solidariedade de Urias, e ele diz: “Joabe, meu senhor, e os servos de meu senhor estão acampados ao ar livre; e eu hei de entrar na minha casa, para comer e beber, e para me deitar com minha mulher? Tão certo como tu vives e como vive a tua alma, não farei tal coisa” (11.1).

Há aqui uma evidente tensão. Duas posturas diametralmente opostas. Uma torna a outra mais clara. De um lado, Davi e sua “esperteza”; de outro, Urias, uma afirmação de solidariedade.

O texto mostra com realismo os perigos da concentração do poder. O engano e a mentira tornam-se recursos habituais para alcançar objetivos, muitas vezes pessoais. O rei tinha seus objetivos acima de tudo e de todos. Mes-

mo a vida estava em segundo plano.

A parábola

“O Senhor, pois, enviou Natã a Davi” (12.1). A palavra de Deus chega a Davi por uma estória muito simples. Natã reproduz nessa estória a tensão verificada nas posturas de Davi e Urias. “Havia numa cidade dois homens, um rico e outro pobre. Tinha o rico ovelhas e gado em grande número; mas o pobre não tinha coisa nenhuma, senão uma cordeirinha que comprara e criara, e que em sua casa crescera, junto com seus filhos; comia do seu bocado e do seu copo bebia; dormia nos seus braços e a tinha como filha. Vindo um viajante ao homem rico, não quis tomar de suas ovelhas e do gado para dar de comer ao viajante que viera a ela; mas tomou a cordeirinha do homem pobre, e a preparou para o homem que lhe havia chegado” (12.1-4).

Sem dúvida, um caso de clara injustiça e acentuada diferença entre as duas atitudes. O desequilíbrio gritante entre a condição do homem rico e do pobre gerava a corrupção de todo e qualquer sentimento.

O fato de ter muitos rebanhos bloqueava, no homem rico, qualquer sentimento de solidariedade. O que importava era preservar o que era “seu”, mesmo que isso custasse o sofrimento de inocentes.

O pobre não tinha nada, ou melhor, quase nada. Apenas uma pequena ovelha. Contudo, sua relação não era fria. Não era a mera relação de posse, e sim, uma relação afetiva e carinhosa. O pobre partilhava seu alimento com o animal, o que o rico não fez nem com seu hóspede.

Cai a máscara

No que segue à parábola, verificamos a reação de Davi. É a reação de indignação: “o furor de Davi se acendeu sobremaneira”. Davi fica irado e aplica a lei, isto é, exige a restituição quadruplicada do prejuízo, conforme prescreve Êxodo 22.1. Na verdade, ele ultrapassa os limites legais, pedindo a morte do homem injusto. Sem hesitação, o rei,



Marte Louise Nery

numa afirmação de poder, de guardião da justiça, aplica a sentença.

Davi cai na armadilha. Cai a farsa do rei justo no discurso. De promotor, Davi passa a réu. Quem dá a sentença, na verdade, é Javé, por meio de seu profeta: “Tu és o homem!”. A autoridade maior é de Deus, e as coisas tinham que ficar absolutamente claras quanto ao caso. Por isso mesmo, Natã começa dizendo: “Assim diz o Senhor Deus de Israel: Eu te ungi rei sobre Israel”. O profeta coloca às claras a inconsistência e a incoerência do discurso indignado de Davi. Discurso e prática estavam fora de sintonia. Natã diz mais: “tu o fizeste em oculto”. Só o que é vergonhoso necessita ser feito às escondidas, e não pode ser publicado. Cabe ao profeta a difícil e perigosa tarefa do desmascaramento, de trazer à luz.

Alguns pontos para reflexão

1. O apreço pela Natureza — É algo mais próximo e próprio dos pobres. A valorização da vida no sentido da solidariedade gera um aprendizado de respeito, um diálogo com a criação. Os humildes praticam a partilha com facilidade. Não se admite o esbanjamento. A oração do pobre é que todos tenham o pão de cada dia. Nesse sentido, na perspectiva da análise do texto, é significativa a atitude solidária de Urias, representada na parábola na figura de um homem pobre que protegia com carinho sua pequena ovelha.

2. O Poder — Traz consigo a idéia de ser dono, de propriedade. Em termos de meio ambiente, o que é exatamente

de alguém? Até que ponto a iniciativa pode ser absolutamente livre, quando se trata de alterações no quadro ambiental? O poder traz consigo a idéia de ausência de limites, ausência de valores afetivos. A acumulação e o esbanjamento provocam insensibilidade e a falsa idéia de que se pode dispor de tudo em benefício próprio. Ninguém pode ser dono exclusivo daquilo que Deus criou para todos. Nenhum poder tem o direito de desconsiderar a vida alheia.

3. Dizer e agir — O descompasso entre o discurso e a prática se verifica de maneira intensa nas questões relativas ao meio ambiente. Discursar a favor da preservação da natureza é cair no lugar comum. Já é até cansativo para quem ouve. Contudo, a prática nos setores dominantes parece não mudar. Permanecem os conchavos e a supremacia dos interesses econômicos, pelos favorecimentos de todo tipo. Em nosso texto, percebe-se com clareza que o rei indignado com a situação injusta do homem pobre era o rei do “palanque”. Davi queria justiça para os outros, pois a sua prática era outra.

4. Agir em oculto — O profeta de Javé desvendou o que o rei havia feito em oculto. Muitas vezes o profeta tem que buscar motivos e explicações por trás das aparências. O profeta deve fugir daquilo que se vê na superfície, das explicações simplistas. Ele é, com frequência, um destruidor do senso comum. Na atualidade, temas como “desenvolvimento” a qualquer custo, o sucesso empresarial, a questão da propriedade e outras, ocultam as questões ambientais mais profundas, ligadas a mudanças na nossa organização da sociedade. Os verdadeiros interesses são ocultos e são defendidos em oculto. A postura profética continua necessária, explicando o que está oculto e destruindo ídolos.

Fernando Bortolletto Filho é pastor presbiteriano em São Paulo, mestrando em Ciências da Religião no Instituto Ecumênico de Pós-Graduação em São Bernardo do Campo/SP. Extraído de “Mosaicos da Bíblia” (Pp/CEDI), n.8, outubro/92.

Versões da Bíblia em português

João Dias de Araújo

No segundo domingo de dezembro, os protestantes de todo o mundo comemoram o Dia da Bíblia. É um dia em que nós devemos dar graças a Deus. As traduções da Bíblia para o português foram resultado de longos anos de trabalho árduo e até de sacrifício de vidas preciosas.

Neste artigo destacaremos três vertentes de traduções: versões católicas (Antonio Pereira de Figueiredo; Matos Soares; Pão Nosso de Cada Dia; Pastoral); versões ecumênicas (Bíblia de Jerusalém; Tradução Ecumênica da Bíblia); e versões protestantes (João Ferreira de Almeida; revista e corrigida; revista e atualizada no Brasil; revisada; Tradução na Linguagem de Hoje).

Versões católicas

■ Antonio Pereira de Figueiredo.

Esta foi a primeira Bíblia em português distribuída no Brasil pela Sociedade Bíblica Britânica. Os navios ingleses que ancoravam nos principais portos brasileiros no século passado traziam volumes das Escrituras que, muitas vezes, eram deixados como que esquecidos nas docas, para quem quisesse levá-los. O primeiro evangelista protestante foi, portanto, a Bíblia.

Antes de ser publicada em Londres pelos protestantes, a Bíblia que o padre Antonio de Figueiredo traduziu foi publicada pela Igreja Católica na Europa, em 1778. Sua tradução é um clássico da língua portuguesa e foi baseada na Vulgata de São Jerônimo. Foram feitas muitas edições históricas dessa Bíblia. Hoje ela é pouco usada no meio do povo, embora haja edições recentes. Atualmente, é um monumento na história das traduções da Bíblia.

■ Matos Soares — Bíblia Sagrada.

Traduzida da Vulgata latina de São Jerônimo pelo padre Matos Soares (Edições Paulinas), é hoje bem aceita e muito usada pelos católicos conservadores e tradicionais. É uma tradução histórica porque marcou a fase de polémica entre católicos e protestantes, em Portugal e no Brasil, antes do Concílio Vaticano II. Na apresentação há um combate à proliferação de traduções protestantes da Bíblia. Declara: "Para atalhar tão perniciosos efeitos é que se publica, em edição popular, esta nova edição da Vulgata portuguesa". Segundo ele, os efeitos perniciosos são causados pelas "versões tendenciosas que os protestantes espalham pelo meio do povo, sugerindo interpretações falsas do texto bíblico".

■ Pão Nosso de Cada Dia — A Bíblia. Editora Vozes, Petrópolis, RJ, 1992. Mais conhecida como a Bíblia Vozes. Teve como coordenador geral da tradução Ludovico Garmus. Seu objetivo era "colocar o texto em dia com o progresso das ciências bíblicas e com a linguagem falada e escrita, hoje nos meios de comunicação"; segundo a orientação de Paulo XI: "ser fiel ao texto original e, ao mesmo tempo, ser fiel ao homem de hoje". A Bíblia da Editora Vozes contém, entre outros itens, comentários sobre os versículos que precisam de esclarecimentos e sugestões para leituras da liturgia dominical, festiva e ferial.

■ Edição Pastoral — Bíblia Sagrada.

Edições Paulinas, São Paulo, SP, publicada em 1990. Os editores explicam a finalidade da tradução: "Gostaríamos que o seu uso fosse comunitário: o texto realmente foi preparado para ser início de diálogo entre a Palavra de Deus e a palavra dos homens, a fim de criar um mundo novo". Nessa versão há introduções gerais a cada livro da Bíblia e notas sobre os capítulos e versículos. Usa a linguagem popular e bem clara, que tem como finalidade o seu uso nas reuniões de pessoas simples das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Esta versão está recebendo muitas críticas dos setores mais conservadores do episcopado brasileiro.

Versões ecumênicas

Como fruto do movimento ecumênico mundial e após a criação do Conselho Mundial de Igrejas (1948) e a realização do Concílio Vaticano II (1962), surgiram duas versões ecumênicas da Bíblia em português.

■ Bíblia de Jerusalém. Edições Paulinas, SP, 1975. O primeiro volume dessa versão (Novo Testamento) foi publicado em 1975, como resultado do trabalho de uma equipe ecumênica de exegetas católicos e protestantes. Em 1980 foi publicada a segunda parte (Antigo Testamento). A primeira edição em português da Bíblia de Jerusalém teve o "Imprimatur" do cardeal Paulo Evaristo Arns. Sendo uma Bíblia ecumênica, traz, no início, as listas dos cânones do Antigo Testamento: 1) o palestino (mais usado nas versões protestantes); e 2) o helenístico ou da Septuaginta (mais usado nas versões católicas), mostrando que a polémica sobre os "apócrifos" e "deuterocanônicos" não tem razão de ser do ponto de vista da crítica textual. É uma ótima versão para

o estudo da Bíblia e aprofundamento da compreensão dos textos.

■ Tradução Ecumênica da Bíblia.

Edições Loyola, SP, 1987. Edição brasileira da *Traduction Oecuménique de la Bible*, editada na França, em 1972. Participaram desta tradução biblistas católicos e protestantes. A finalidade desta edição ecumênica é, principalmente, "a esperança de que todos os cristãos cheguem um dia a uma inteligência comum da Escritura, rumo a um testemunho comum na unidade desejada por Cristo, para a evangelização do mundo". É uma Bíblia que tem relação com a Bíblia de Jerusalém, portanto, de grande utilidade para melhor compreensão do texto bíblico.

Versões protestantes

■ João Ferreira de Almeida. Os protestantes tiveram a honra de serem os pioneiros na tradução da Bíblia para a língua portuguesa, a partir dos textos nas línguas originais. Almeida foi o primeiro tradutor. Nasceu em Portugal, no ano de 1628. Era católico e se converteu ao protestantismo luterano. Era um homem de grande cultura e conhecedor das línguas originais. O primeiro texto da tradução portuguesa de Almeida continha apenas o Novo Testamento, e foi publicado em Amsterdam, na Holanda em 1719. As edições de Almeida publicadas pelas Sociedades Bíblicas Britânicas e Americanas preservaram o título de Padre, antes do nome de Almeida para facilitar a difusão da Bíblia entre leitores católicos. A edição de Almeida foi amplamente divulgada no Brasil e, hoje, é a mais lida entre os protestantes brasileiros (cerca de 60%, segundo a pesquisa realizada pela revista "A Bíblia no Brasil"). Várias editoras protestantes se interessaram pelas publicações da Edição de Almeida.

■ Versão Revista e Corrigida.

Editada pela Sociedade Bíblica do Brasil, pela Imprensa Bíblica Brasileira e por outras Sociedades Bíblicas Protestantes no Brasil. Trata-se de uma revisão e correção do texto de Almeida, adaptando-a ao linguajar brasileiro, retirando muitos termos mais usados em Portugal. Essa revisão, embora guiada pelos textos originais, não se preocupou muito com os progressos da crítica textual. É hoje a Bíblia mais usada e preferida pelos grupos conservadores entre os protestantes.

■ Versão Revista e Atualizada no Brasil. Foi empreendida pela Socieda-

de Bíblica do Brasil. Iniciada em 1946 e terminada em 1959, essa revisão teve como objetivo "uma nova tradução das Sagradas Escrituras mais apurada consoante as línguas originais e redigida em português mais condizente com o linguajar destes dias... que tanto se evitasse o demasiado vulgar, como o demasiado acadêmico e literário". É uma tradução muito boa, mas também muito clássica, usando expressões de tratamento pessoal como: "vós, outros".

■ Versão Revisada. Imprensa Bíblica Brasileira. Esta versão foi produzida sob a responsabilidade da Convenção Batista Brasileira e publicada em 1967. A segunda edição apareceu em 1991, com a seguinte explicação: "esta é a segunda impressão da nova composição da Versão Revisada, de acordo com os melhores textos em hebraico e grego, que saiu em 1967 e que, nessa nova fase, apresentamos com ligeiras modificações". O objetivo da versão revisada é ser: "Esta versão é fiel, sua mensagem é a mensagem de seus autores". A versão, portanto, procura usar os melhores textos que existem nas línguas originais e, com base na tradução de Almeida procura fazer uma tradução mais fiel ao texto. Hoje, esta Bíblia é mais usada por aqueles que querem fazer estudos, mas não é muito popular.

■ A Bíblia na Linguagem de Hoje.

Esta versão foi patrocinada pelas Sociedades Bíblicas Unidas e coordenada pela Sociedade Bíblica do Brasil. O trabalho foi feito por uma comissão de tradutores brasileiros, de diferentes denominações, em diversos estados do Brasil. A primeira edição (Novo Testamento) saiu em 1973, seguindo-se duas edições revistas (1975 e 1979). O Antigo Testamento foi traduzido durante dezesseis anos (1972 a 1987). O objetivo dessa tradução foi "ser fiel ao sentido dos textos hebraico, aramaico e grego e, ser entendida pela maioria do povo que fala português, no Brasil. Por isso, nessa tradução não aparecem muitas das palavras e maneiras de dizer que se usam nas Bíblias até hoje traduzidas para o Português. Nas primeiras versões esta versão trazia ilustrações dos textos do Novo Testamento. Esta versão está sendo largamente usada pelos leitores católicos, especialmente nas Comunidades Eclesiais de Base.

João Dias de Araújo é pastor presbiteriano. Atualmente coordena o Conselho Moderador da Igreja Presbiteriana Unida do Brasil (IPU) e coordenador do Cediter.

Para celebrar o Natal

RECURSOS LITÚRGICOS PARA UMA CELEBRAÇÃO ECUMÊNICA NO NATAL

I – Reunimo-nos em nome do Deus que cumpre a promessa

Prelúdio

“Veni, Veni Emmanuel”

Latino, século IX/Tradução J. Costa, 1960

CELEBRANTE: Porque a nós nos é nascido um menino; vinde, adoremo-lo. Aleluia.

Oração

“Ó, Deus, que fizeste esta noite santa brilhar com a verdadeira luz; concede a nós que conhecemos o mistério dessa luz sobre a terra, tenhamos o gozo perfeito de sua presença, onde contigo e com o Espírito Santo vive e reina um só Deus, agora e para sempre. Amém”.

Canto congregacional

“Pelo Amor do Pai foi Gerado”

Divinum mysterium — Cantochoão do século XII

CONFISSÃO

CELEBRANTE: Piedade, piedade, Senhor, porque:

TODOS: Temos boca mas emudecemos, temos olhos, mas fingimos não ver;

(Kyrie)

CELEBRANTE: Piedade, piedade, Senhor, porque:

TODOS: Temos mãos, mas não acolhem; temos vida, mas não queremos compartilhar.

(Kyrie)

Oração pastoral — Declaração de perdão

“Ó, Deus onipotente, a quem todos os corações estão descobertos, todos os desejos são conhecidos e para quem não há segredos, purifica os nossos corações e pensamentos com a inspiração do teu Santo Espírito, a fim de que, dignamente, exaltemos o teu santo nome pela graça do perdão recebido mediante Jesus Cristo, Nosso Senhor”. Amém.

Credo niceno

“Cremos em um Deus Pai, onipotente, criador do céu e da terra e de todas as coisas visíveis e invisíveis. E cremos em Jesus Cristo, o unigênito Filho de Deus, gerado pelo Pai, antes de todos os séculos, luz de luz, verdadeiro Deus de verdadeiro Deus, gerado, não feito, consubstancial com o Pai, pelo qual todas as coisas foram feitas por nós, seres humanos, e por nossa salvação. Desceu do céu e encarnou por obra do Espírito Santo e da virgem Maria, e foi feito homem, foi crucificado por nós sob o poder de Pôncio Pilatos, e padeceu, e foi sepultado e ressuscitou ao terceiro dia segundo as Escrituras; e subiu ao céu e assentou-se à direita de Deus Pai e de novo há de vir com glória para julgar os vivos e os mortos; seu reino não terá fim. E cremos no Espírito Santo,

Senhor, doador da vida procedente do Pai que com o Pai e o Filho é adorado e glorificado, ele falou pelos profetas. Cremos na Igreja una, santa, católica e apostólica. Confessamos um batismo para o perdão dos pecados. Esperamos a ressurreição dos mortos e a vida da era vindoura. Amém.”

RITO DE PAZ

CELEBRANTE: “Como o Senhor vos perdoou, assim também fazei vós”.

Que a Paz do Senhor esteja com todos.

Canto congregacional

“Natal brasileiro”

Letra: J. W. Faustino; Música: “Palmeira”

II – Acolhemos a Palavra do Deus que se encarna

CELEBRANTE: O Senhor está aqui.

TODOS: O seu Espírito está conosco.

ORAÇÃO POR ILUMINAÇÃO

CELEBRANTE: Ó, Senhor, plenifiques os nossos corações e ilumina nossas mentes para que, ouvindo a tua palavra, possamos obedecê-la e fazer a tua vontade. Por Jesus Cristo, te pedimos.

Leitura do Antigo Testamento

Isaías 9.1-7

Responso

(coro ou congregação)

Leitura do Evangelho

Lucas 1.8-20

Proclamação da Palavra

Canto coral/congregacional

III – Saíamos para anunciar que Deus chegou até nós

Litania

“Indagações do Natal”

CORO: Este ano eu quero saber / Onde o menino vai nascer?

TODOS: Nas vias ou vielas / onde nascem as marias; na favela ou no cortiço / sem espaço e sem janela, ou num acampamento com os filhos dos “sem-terra”, ou nas dunas do Oriente, como vítimas da guerra.

CORO: Este ano eu quero saber / O que temos a oferecer?

TODOS: Ao invés de ouro e mirra / de perfumes e incenso, Ele quer na nossa vida / compromisso mais intenso de pôr fim à violência dos Herodes deste mundo que exterminam nossos filhos sem piedade num segundo.

CORO: Este ano eu quero saber / O que este menino vai trazer?

TODOS: Ele é a própria luz que brilha na escuridão; abre com graça o caminho da vida, do amor e do perdão, Sua presença e sua palavra, em alegria e paz se traduz, recriando a força do Sonho e dizendo: meu nome é Jesus.

COMPROMISSO

Ato simbólico

[Sugere-se que a equipe de liturgia ou pastor/a prepare, na forma de cartão de Natal, os artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente e distribua, fixando-os nos bancos da paróquia. Antes da oração de intercessão, solicite a comunidade para lê-los em voz audível]

Oração de intercessão

“Ver as crianças sem perceber que a rua perdeu sua vocação de caminho, para assumir a de mortalha, é como querer ocultar a verdade com a peneira da nossa perversidade!”

Senhor, oramos pelas crianças e adolescentes do Brasil, mas também por nós, a fim de que, com a inspiração do teu santo Espírito possamos ser instrumentos de tua vontade na transformação desta situação. Em nome do Cristo, o Deus menino, te pedimos. Amém.

Canto final

“Outra canção de Natal”

Letra/música: Flávio Irala

Envio

“Sigamos a estrela que vai, passo a passo, sem medo e sem pressa. Sejamos sábios também! Não levemos em conta o cenário, mas a história que ele conta; não levemos em conta a estrela, mas o menino que ela aponta... Saíamos deste lugar em paz. Feliz Natal!”

Bênção cantada

Autor desconhecido / música: Pablo Sosa

A bênção do Deus de Sara, Abraão e Agar; a bênção do Filho nascido de Maria; a bênção do Espírito Santo de Amor; que cuida com carinho qual a mãe cuida da gente esteja sobre todos nós. Amém.

Poslúdio

“Noite de Paz”

Letra: Joseph Mohr / Música: Franz Grüber

Liturgia preparada pelo rev. José Rubens Jardelino, mestre em Ciências da Religião e pastor da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil.

Nota da Redação: Os cânticos sugeridos pelo autor, em caso de serem desconhecidos, podem ser substituídos por outros de conhecimento da comunidade, desde que mantido o contexto da liturgia.